

## ARTES E MÚSICA NOS CURSOS DE PEDAGOGIA PAULISTAS

**Wasti Silvério Ciszewski**

Universidade Estadual Paulista – UNESP

Mestrado em Música

Educação Musical

*SIMPOM: Subárea de Educação Musical*

### Resumo

Esta comunicação trata da pesquisa de mestrado em andamento “O espaço da música nos cursos de Pedagogia do Estado de São Paulo”, que tem por objetivo conhecer a realidade da formação musical desses cursos, verificando quais suas propostas, desafios e necessidades. Nesta comunicação será apresentado um breve histórico acerca da formação de professores polivalentes no Brasil, os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa e trazidos alguns resultados iniciais, que dizem respeito ao espaço da música no campo das Artes, tendo como enfoque os currículos dos cursos de Pedagogia paulistas.

**Palavras-chave:** educação musical; ensino de artes; currículo; formação de professores; cursos de pedagogia.

### 1. Introdução

Esta comunicação é baseada na pesquisa de mestrado em andamento “O Espaço da Música nos cursos de Pedagogia do Estado de São Paulo”, que tem como objetivo conhecer a realidade da formação musical dos cursos de licenciatura em Pedagogia do Estado, verificando quais suas propostas, desafios e necessidades.

A pesquisa parte do pressuposto de que a formação do professor polivalente, que irá atuar na Educação Básica de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, é essencial, principalmente devido à recente obrigatoriedade do ensino musical na Educação Básica — Lei 11.769/2008 — e à consequente falta de professores licenciados em música para atender a demanda das escolas.

Ao observar os dados do último censo da Educação Superior no Brasil — realizado em 2008 —, verifica-se que existem 39 cursos presenciais de graduação destinados à formação de professores de música no país. Paralelamente, observa-se a presença de 839 cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia no Brasil.

Segundo a LBD de 1996, somente o professor licenciado em Artes ou em uma das linguagens artísticas poderá atuar no ensino básico do país. No entanto, Vera Jardim (2009), observa



**I Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música**

XV Colóquio do Programa de Pós-Graduação em Música da UNIRIO

Rio de Janeiro, 8 a 10 de novembro de 2010

que os músicos, formados tanto em bacharelado quanto licenciatura, têm atuado em diversos contextos educacionais:

[...] mesmo havendo, atualmente no Brasil, a subdivisão das habilitações profissionais nos cursos superiores de Música em Bacharelado e Licenciatura, a atividade profissional predominante exercida pelos alunos e egressos dos cursos de Música está ligada às atividades de ensino, quer sejam em ambientes de escolarização formais ou não formais, instituições de formação especializada ou geral, espaços para práticas musicais que envolvem desde o ensino específico até as ações sociais mediadas pela música (JARDIM, 2009, p. 11-2).

Vale ressaltar que, apesar da atuação dos músicos em diversos ambientes de escolarização, a quantidade de professores de música que atuam no ensino básico, e principalmente no ensino público do país, é ínfima, visto o requisito da formação em licenciatura prevista na LDB de 1996 e ao desinteresse dos licenciados em atuarem na educação básica. Assim, a quantidade de professores de música no ensino básico brasileiro é muito restrita e, neste momento, é preciso buscar parceiros para o desenvolvimento da educação musical no país.

Os pedagogos, por constituírem grande parte da população e por atuarem diariamente na formação de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, podem ser essenciais para o desenvolvimento da educação musical brasileira. Assim, entende-se ser imprescindível atuar na formação musical destes para viabilizar o cumprimento da lei relativa à obrigatoriedade do ensino de música no Brasil.

## **2. Um breve histórico sobre a formação musical de professores polivalentes no Brasil**

A pesquisadora Vera Jardim (2003) destaca que no período da República (1889 – 1930) já se entendia a importância da formação musical dos professores polivalentes e, assim, a música foi incluída nos cursos de formação de professores. A pesquisadora constata que a primeira vez que a música é incluída na escola normal em São Paulo é no ano de 1890, com a Reforma da Instrução Pública (JARDIM, 2008). A disciplina Música foi instituída para “garantir a integralidade de estudos, e como processo de reprodução do pensamento e da expressão dos sentidos”. (Ibid, p.95).

Os estudos de Fucks (1991) e Bellochio et. al. (1998), indicam que a música sempre foi contemplada nas matrizes curriculares da Escola Normal e na habilitação específica para Magistério. No entanto, com o surgimento do curso superior de Pedagogia, a formação musical que antes era constante nos cursos de formação para professores, começa a perder seu espaço.

A criação do curso de Pedagogia no Brasil se deu em 1939 e visava formar licenciados e bacharéis para ocuparem os cargos do Ministério da Educação e para lecionarem disciplinas

pedagógicas do curso Normal (SILVA, 2003 apud DINIZ; JOLY, 2007, p.68). Entretanto, a partir dos anos 1980 os cursos de Pedagogia foram reformulados e “passaram a assumir-se como formadores de professores para as séries iniciais do 1º grau”. Em sua maioria, esses cursos não ofereciam disciplinas de ensino de música em seu currículo, salvo algumas exceções (BELLOCHIO, 2000, p.75).

Com a promulgação da LDB em 1996, a arte passou a ser considerada como campo de conhecimento, tendo novamente importância no currículo escolar e alcançando posição de igualdade com as demais disciplinas do currículo. Assim, conforme apontam os estudiosos do tema, a partir de 1996, houve uma reformulação nas grades curriculares dos cursos de Pedagogia, na qual a disciplina Artes foi inserida.

Diante disso, atualmente os cursos de Pedagogia brasileiros visam que o aluno, ao se formar, esteja apto para “ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, *Artes*, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2006, grifo meu).

Entretanto, é importante destacar que mesmo que a disciplina Artes, que compreende as quatro expressões artísticas — Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Dança — tendo sido inserida nos currículos escolares e nos cursos de Pedagogia, o espaço destinado à música ainda é muito restrito, podendo ser considerado potencial, mas não real. Maura Penna discute tal fato no que diz respeito à ausência da música no contexto escolar:

[...] é essa a área que em que a maior parte dos cursos — e conseqüentemente dos professores habilitados — se concentra, de modo que, em muitos contextos, arte na escola passa, pouco a pouco, a ser sinônimo de artes plásticas ou visuais. E isso persiste até os dias de hoje. (PENNA, 2004, p. 22)

Essa situação é também evidenciada nos cursos de Pedagogia brasileiros por Figueiredo (2001) que, ao pesquisar 19 cursos de Pedagogia da região sul e sudeste do país, verifica que “a grande maioria das disciplinas oferecidas aborda várias linguagens artísticas, sendo que as mesmas são ministradas por um único professor. [...] De um modo geral, a música é pouco oferecida nas disciplinas mencionadas e é considerada específica demais”. (FIGUEIREDO, 2001, p.2)

### 3. Caminhos metodológicos da pesquisa e alguns resultados preliminares

A fim de “conhecer a realidade da formação musical dos cursos de Pedagogia paulistas, verificando quais suas propostas, desafios e necessidades”, buscou-se inicialmente conhecer quantos cursos de Pedagogia no Estado de São Paulo apresentam disciplinas destinadas à Música e Artes em seu currículo.



Para essa coleta de dados, foi realizada uma pesquisa documental eletrônica utilizando como fonte de dados o site <http://emec.mec.gov.br/>, que apresenta um cadastro atualizado das Instituições de Educação Superior e Cursos de todo país cadastrados no MEC. Dos 483 cursos/ habilitações em Pedagogia do Estado de São Paulo apresentados na relação inicial do site, 354 são cursos presenciais de “Licenciatura em Pedagogia”.

Destes 354 cursos, foi possível encontrar nos sites das instituições os currículos relativos a 260 Cursos (73%). Foram consultadas as 260 grades curriculares destes cursos, e para identificar a presença, ou não, das disciplinas Artes e Música nos currículos, utilizou a ferramenta “localizar” e foram procuradas as palavras “artes” e “música”. Destaca-se que é possível que existam outras disciplinas nestes currículos que contenham artes e música como conteúdo, mas estas não fizeram parte do objeto de estudo da pesquisa em questão.

Como a disciplina “Artes” faz parte no núcleo de estudos básicos da estrutura do curso de Pedagogia (BRASIL, 2005), observa-se que a maioria dos cursos — 77% — possui disciplinas de Artes em seu currículo. Estes 199 cursos (77%) dizem respeito tanto às disciplinas intituladas como “Artes”, quanto àquelas ligadas a uma das quatro expressões artísticas. Os nomes das disciplinas são muito variados e estão ligadas a determinadas filosofias e concepções de ensino de Artes.

Tendo como base estudos realizados pelos pesquisadores Silva e Araújo (2007), verifica-se que, ao estudar a história do ensino de Artes no Brasil, é possível identificar diferentes concepções de ensino da arte, que têm origem ao longo da trajetória histórica da Arte/Educação no Brasil. Esses estudos indicam que:

Na Tendência Pré-Modernista, encontraremos a concepção de Ensino da Arte como Técnica; já na Tendência Modernista, vamos encontrar a concepção de Ensino da Arte como Expressão e também como Atividade; e finalmente na Tendência Pós-Modernista, a concepção de ensino da Arte como Conhecimento. (SILVA; ARAÚJO, 2007, p.5)

Esses estudos também ressaltam que essas concepções de ensino de Artes não estão limitadas aos períodos históricos em que surgiram e não ocorrem de forma isolada na prática educativa dos professores, podendo ser identificadas, em uma mesma prática, a presença de concepções de ensino de arte completamente antagônicas.

De igual modo, as disciplinas que contemplam as Artes nos cursos de Pedagogia paulistas estão fundamentadas em diferentes filosofias e concepções de Ensino de Artes, e, para conhecê-las, é preciso estudá-las a partir de suas práticas pedagógicas.

Como a pesquisa em questão conta com um grande número de cursos (199 cursos), optou-se pela classificação de suas disciplinas artísticas a partir de seus títulos, a fim de se obter um quadro geral dos diferentes tipos de Ensino de Artes presentes nestes cursos, como pode ser visto na tabela abaixo.

<b>Disciplinas Artes categorizadas por seus títulos</b>	<b>Porcentagem</b>
Fundamentos, Conteúdos e Metodologias do Ensino de Artes	32%
Arte e Educação	14%
Arte e Movimento	11%
Artes nos diferentes segmentos educacionais	8%
Prática de Ensino	6%
Linguagens artísticas específicas: artes visuais, música e artes cênicas	7%
Projetos/ Tópicos especiais/ Oficinas	5%
Artes e expressão/ comunicação	4%
Artes e outras disciplinas	4%
Artes: Ensino e Aprendizagem/ Didática	3%
Artes e/ como linguagem	2%
Artes e criatividade/ atividades lúdicas	1%
Saberes em Artes/ História da Arte/ Estética	1%
Artes e Jogos/ Recreação	1%
Arte e Cultura	1%

**Tabela 1.** Categorização das disciplinas Artes.

Observando a tabela anterior, é possível verificar que existe uma grande variedade de modalidades de disciplinas; nesta pesquisa, elas foram agrupadas em 15 grupos distintos. Apesar de não ser possível classificá-las segundo suas filosofias de ensino a partir de seus títulos, observa-se nelas influência de diferentes concepções de ensino de Artes. Por exemplo, na categoria “Artes e Jogo/ Recreação” fica clara a concepção de Artes como atividade, que foi muito marcante na época moderna a qual ainda é encontrada nas práticas educativas atuais.

Outra questão bastante relevante a ser destacada é o fato de que apenas 7% desses cursos possuem disciplinas destinadas às diferentes expressões artísticas, o que mostra que as disciplinas artísticas ainda são tratadas de maneira polivalente.

Por meio dessa coleta de dados, foi possível identificar que dos 199 cursos de Pedagogia que apresentam disciplinas artísticas, a música aparece como disciplina específica apenas em 27 deles (14%). De igual modo, a disciplina Música, nos diversos cursos consultados, também traz diferentes filosofias e concepções de Ensino de Música, ocultos por trás de seus títulos. Apesar disso, por hora, as disciplinas estão categorizadas apenas por seus títulos, como pode ser observado na tabela a seguir.

<b>Disciplinas Música categorizadas por seus títulos</b>	<b>Porcentagem</b>
Música e outras linguagens artísticas	36%
Arte, Música e movimento/ expressão corporal	19%
Conteúdo, metodologia e prática do Ensino de Música/ Música e Educação	15%
Artes e Música no Ensino e Aprendizagem	15%
Música/ Musicalização	15%

**Tabela 2.** Categorização das Disciplinas Música.

Dentre as 27 “disciplinas específicas da área de música”, é possível observar que muitas vezes, estas estão relacionadas a outras linguagens artísticas ou a outras áreas do conhecimento. Conforme mostra a tabela acima, apenas em 8 cursos (30%) a música está sendo tratada como autônoma (“Música/ Musicalização” e “Conteúdo, Metodologia e Prática do Ensino de Música/ Música e Educação”).

A pesquisa em questão tem como um de seus objetivos específicos “Discutir as metodologias e filosofias de ensino musical dos cursos de Pedagogia paulistas” e, para isso, entende-se ser necessário um estudo aprofundado sobre alguns casos particulares. Assim, foram selecionados cinco cursos que representem as características gerais dos cursos que mantêm a música como disciplina curricular, a fim de serem estudados em profundidade. O critério de escolha destes cursos baseou-se nas categorias criadas acerca da natureza das disciplinas de música. Pra efeito desta pesquisa, foi selecionado um curso de cada categoria.

Como se optou pelo estudo dos cinco cursos de Pedagogia que apresentam a música como disciplina curricular, esse estudo configura-se como um “Estudo multicasos”. Triviños (1987, p. 136) explica que o estudo multicasos consiste em “estudar dois ou mais sujeitos, organizações [...] sem necessidade de perseguir objetivos de natureza comparativa”. Como neste método não é necessário que sejam feitas comparações entre os casos, parece adequado aos propósitos desta pesquisa, pois nele se propõe que cada um seja estudado segundo suas particularidades.

A partir da definição destes cinco cursos, estão sendo realizadas observações não-participantes das aulas de Música. Segundo Ludke e André (1986), este tipo de observação permite que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”. Os autores ainda destacam que “Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.27).;

Para que se possa avaliar os cursos selecionados sob diversas perspectivas, também serão levadas em conta a opinião de professores, coordenadores e alunos dos cursos utilizando-se questionários abertos. Aos coordenadores de curso, as questões são relativas ao espaço dado à música nos cursos de Pedagogia e aos desafios do curso diante da Lei 11.769/2008. As questões destinadas aos professores dizem respeito a suas metodologias e filosofias de ensino, bem como às necessidades e desafios do curso. Aos alunos, são apresentadas questões relativas à relação deles com a música, à qualidade da formação pedagógico-musical proporcionada pela Instituição, e ao reflexo desta formação na atuação profissional de cada um.

## 5. Considerações Finais

Neste trabalho foram apresentados os dados considerados mais significantes da pesquisa, até o presente momento. De modo geral, pode-se observar que a música é pouco presente nos cursos de Pedagogia paulistas e que, quando aparece, seu espaço e tratamento parecem ser bem limitados; em geral, a música aparece atrelada a outras expressões artísticas e/ ou áreas do conhecimento.

Em relação às disciplinas Artes, presente em alguns currículos dos cursos de Pedagogia, observa-se ainda o caráter polivalente das disciplinas. Figueiredo (2004, p. 3472, 3473) ressalta que, após a LDB de 1996, pouco ou nada mudou em relação ao ensino de artes nos cursos de Pedagogia, já que estas “continuam marginalizadas nos currículos desses cursos”. Pode-se acrescentar a esta afirmação, a observação segundo a qual, até o presente momento, de igual maneira, pouco ou nada mudou nos currículos dos cursos de Pedagogia após a promulgação da Lei 11.769/2008.

Por outro lado, pensa-se que uma real mudança no cenário educacional brasileiro não ocorrerá por meio de implementação de leis e decretos, mas, antes, poderá ocorrer por meio de luta política de arte-educadores brasileiros que acreditem no papel da música e da arte para a mudança da sociedade.

Por fim, espera-se que, após a análise final e reflexão crítica do material obtido na pesquisa em questão, esse estudo possa contribuir em alguns aspectos para a Formação Pedagógico-Musical dos cursos de Pedagogia do Estado de São Paulo e para avanços na pesquisa em Educação Musical no Brasil.

## 6. Referências bibliográficas

BELLOCHIO, Cláudia R. et. al. A educação musical na escola normal e na habilitação magistério: recorte de uma reconstrução história da década de 60 à década de 90. *Caderno Pedagógico Frederico Westphalen*, ano 8, n. 15/16, p. 51-66, 1º / 2º semestres 1998.



BELLOCHIO, Cláudia R. *A educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental: olhando construindo junto às práticas cotidianas do professor*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. *Altera a lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre obrigatoriedade do ensino de música na educação básica*. Brasília, 2008. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm)> . Acesso em 02.jun.2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB: Lei 9394/96. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 27833-27841, 23.dez. 1996.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatística da Educação Superior - Graduação*, 2008. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>> Acesso em 02.jul.2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura*. Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006.

DINIZ, Juliane Aparecida Ribeiro; JOLY, Ilza Zenker Leme. Um estudo sobre a formação musical de três professoras: o papel e a importância da música nos cursos de Pedagogia. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 16, 65-73, mar. 2007.

FIGUEIRO, Luiz Ferreira de. A música nos Cursos de Pedagogia. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 10., 2001, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Abem, 2001. 1 CD-ROM

\_\_\_\_\_. Cursos de Pedagogia e formação musical: um estudo em dezenove universidades brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 12., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Endiipe, 2004, p. 3472-3483. 1 CD-ROM.

FUCKS, Rosa. *O discurso do Silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

JARDIM, Vera L. G. 2003. *Os sons da República. O ensino da música nas escolas públicas de São Paulo na Primeira República - 1889 - 1930*. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Da arte à educação: A música nas escolas públicas – 1838 – 1971*. Tese de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. O músico professor: percurso histórico da formação em Música. In: LIMA, Sônia Regina Albano de (org). *Ensino, música & interdisciplinaridade*, p. 11-57. Goiânia: Editora Vieira e Irokun Brasil, 2009.





LÜDKE, M & ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MEC. Ministério de Educação. *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Disponível em <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em 30.mar.2009.

PENNA, M. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: 1- analisando a legislação e termos normativos. *Revista da Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM*, Porto Alegre, RS, n. 10, p. 19-28. março de 2004.

SILVA, Carmem S. B. da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Everson Melquiades Araújo; ARAÚJO, Clarissa Martins de. Tendências e Concepções do Ensino de Arte na Educação Escolar Brasileira: um estudo partir da trajetória histórica e sócio-epistemológica da Arte/Educação. *30ª Reunião Anual da ANPED*. GE01 3073. Caxambu, MG, 2007. Disponível em: [http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo\\_estudos/GE01-3073--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo_estudos/GE01-3073--Int.pdf)>. Acesso em 02.jul.2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

